



TERRITÓRIO E DESIGUALDADE: áreas de concentração de pobreza
e de risco em Blumenau

AVILA, Maria Roseli Rossi¹

SAMAGAIA, Jacqueline²

GESSELE, Cleide³

RESUMO: O artigo resulta de uma pesquisa que teve como objeto de estudo a caracterização das áreas de concentração de pobreza existentes na cidade de Blumenau/SC. Buscou-se analisar as situações de vulnerabilidade social dos moradores dessas áreas, caracterizar o histórico das ocupações e as formas de organização comunitária e do atendimento do Estado por meio de programas de políticas públicas nestes locais. Também foi interesse da pesquisa identificar os impactos dos desastres socioambientais sobre estas localidades, levando-se em conta que Blumenau (e região) está situada em área sujeita a estes eventos. A partir do conjunto de dados levantados e da discussão dos resultados, buscou-se apresentar a realidade local, evidenciando suas contradições expressas nas situações de precarização vivida pelos trabalhadores e suas famílias em seus locais de moradia e suas formas de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade social; risco ambiental; pobreza urbana.

INTRODUÇÃO:

A proposta deste estudo foi identificar e analisar a situação socioespacial da pobreza em Blumenau. Buscou-se caracterizar as localidades constituídas como áreas de concentração da pobreza no município. Objetivou-se construir um conjunto de conhecimentos sobre estas áreas, analisando características relativas à situação social, histórica e ambiental destas ocupações e seu impacto no conjunto da cidade. O trabalho de campo consistiu no levantamento de dados sobre a situação de vulnerabilidade social dos moradores, do histórico da ocupação, das formas associativas de organização comunitária, além de identificar o atendimento do Estado e os impactos sociais dos desastres socioambientais sobre estas áreas.

¹ Assistente Social, Doutoranda no Programa de Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Tecnologia. Bolsista CAPES. E-mail: mariaroselirossiavila@yahoo.com.br

² SAMAGAIA, Jacqueline. Assistente Social. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jacquegaia@gmail.com

³ Assistente Social, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: cleidege@yahoo.com.br



Quanto à abordagem na pesquisa, consistiu no levantamento de dados quantitativo e qualitativo, buscando fundamentação na teoria para o desvelamento da realidade empírica do objeto estudado. No que se refere ao método, partiu-se de uma abordagem crítica da realidade, caracterizando as principais contradições de uma sociedade desigual e excludente e seus reflexos na conformação do espaço urbano.

Para o trabalho de campo foram utilizadas técnicas da entrevista semiestruturada (realizada com moradores, profissionais vinculados às políticas públicas que atuam nestas áreas, e representantes das organizações associativas locais); bem como da observação local. As entrevistas foram gravadas, transcritas e os dados foram registrados para discussão e análise.

Os resultados e as discussões são apresentados no corpo deste artigo, o qual aborda os temas já explicitados, elencando indicativos que possibilitem subsidiar projetos de intervenção necessários no âmbito destas políticas locais.

Para dar conta deste tema, não se pode fugir da abordagem do desastre socioambiental que atingiu o município e a região em 2008 e o impacto deste nas localidades pesquisadas. Em 2008, Blumenau foi atingido por um grande volume de chuvas, que provocou enchentes, escorregamentos e mortes, além de deixar milhares de desabrigados. “As chuvas intensas [...] provocando escorregamentos, enxurradas e inundações, obrigaram 14 municípios a decretar estado de calamidade pública e 63 a decretar situação de emergência, o que demonstra a extensão do desastre” (MATTEDI *et al.*, 2009, p. 14).

Blumenau consta no Atlas de Desenvolvimento Humano como a 25ª cidade com melhor índice de desenvolvimento humano do país⁴. No entanto, conforme pode-se observar por meio dos dados da pesquisa, esta realidade não é vivida pela totalidade de seus moradores.

2 TERRITÓRIO DE VULNERABILIDADES: ORIGEM DA OCUPAÇÃO, IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de vinte e quatro perguntas abertas que abordavam aspectos como: origem do nome da comunidade, histórico da ocupação, número de famílias, infraestrutura básica existente, formas associativas dos moradores, Estado (relação comunidade e poder público) e

⁴ Dados retirados do site <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. O índice de desenvolvimento humano é baseado em indicadores de renda, longevidade e educação (ATLAS, 2017).



atendimento pelas políticas públicas (saúde, educação, assistência social, defesa civil e lazer). Foram entrevistados moradores das áreas de concentração de pobreza da região Sul de Blumenau, lideranças comunitárias (entre elas presidentes de Associações de Moradores) e funcionários de Unidades de Estratégia da Saúde da Família (ESF) locais. A região Sul da cidade foi escolhida em função do grande número de áreas em condição de pobreza e por ser a mais vulnerável aos desastres socioambientais. A partir de estudos anteriores (SAMAGAIA, 2010⁵; PMHIS, 2012a⁶) sabia-se que a região comportava 13 localidades tidas como áreas de concentração de pobreza, em situação de grande precariedade urbana e ambiental.

São áreas que formam territórios de desigualdades e vulnerabilidade social, cujos moradores ficam isolados territorialmente, sem acesso aos equipamentos urbanos. Conforme Koga e Alves (2010, p. 74) “esta população excluída da regularidade produziu a ‘cidade fora da cidade’”. Segundo os autores,

Nos territórios de vulnerabilidade social podemos observar ainda os limites de mobilidade, quando o cidadão não consegue nem circular no seu território e nem no território chamado “cidade [...]”. Isso significa também apontar que a cidade [...] possui dois contrastes marcantes; de um lado a concentração de tecnologia, capital e produção, e de outro lado se assiste a perversidade que imobiliza seus cidadãos de circular, deixando-os na exclusão social de seus territórios vulneráveis e com a ausência ou frágil presença do poder público nesses lugares. (KOGA; ALVES, 2010, p. 77)

A situação de vulnerabilidade social dos moradores dessas áreas em Blumenau é acentuada pelo risco a que a população está exposta por residir em áreas sujeitas a desastres e de grande risco geológico. Para Santos (2012, 49) “o conceito de risco está intrínseco ao conceito de vulnerabilidade”. Os problemas são intensificados pela ocupação desordenada e pelos eventos catastróficos e processos de riscos que essa ocupação gera. A recorrência destes eventos expõe a população ao risco produzindo sérias consequências socioeconômicas e ambientais. A vulnerabilidade das populações ao risco de desastres guarda profunda relação com os processos do modelo de desenvolvimento capitalista, quando as regras ditadas pelo mercado,

[...] fazem com que áreas de risco (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos etc.) sejam as únicas acessíveis a grupos de renda mais baixa, que acabam por construir nesses locais domicílios em condições precárias, além de enfrentar outros problemas sanitários e nutricionais. (TORRES, 1997, p.70).

⁵ Em sua tese de doutorado intitulada “Globalização e Cidades: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau”, Samagaia (2010) mapeou e caracterizou 47 destas áreas existentes no município.

⁶ A partir do estudo feito por Samagaia e de pesquisa e levantamentos locais, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social chegou ao montante de 55 “assentamentos precários” forma designada para as áreas (PMHIS, 2012a).



A compreensão dos efeitos da globalização sobre os padrões de vulnerabilidade são essenciais para estabelecer a presença de novas tendências no risco de desastres. A aplicação de medidas de ajustamento econômico para promover o aumento da eficiência e competitividade global provocam o desemprego aumentando a pobreza da população e a vulnerabilidade das populações em risco de desastres. (ISDR, 2004, p. 67-68).

2.1 Origens e Processo de Ocupação das Localidades

O histórico do nome das localidades pesquisadas, em sua maioria, guarda relação com o processo de ocupação. O Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD), que ocupa uma das áreas mapeadas desde 2008, tem a origem de seu nome ligada às perdas vivenciadas no desastre. Possuía, na época da pesquisa (2013/2014), 25 famílias. É possível perceber como os integrantes do Movimento foram marcados por este evento, quando afirmam:

Começava neste dia a mais longa agonia! Após três meses de chuva começou uma luta que parecia não ter fim. Muitos perderam tudo; alguns perderam até membros de suas famílias. Outros perderam a esperança de um recomeço... Recomeço que nós não sabíamos que seria tão difícil. Foi uma tragédia, na qual as perspectivas de melhora estavam nos abrigos. Abrigos que mal sabíamos, que a experiência tirada de lá não desejaríamos para ninguém. Restava em nós uma esperança de melhora. Mas, onde encontrar esta esperança? Então surge o MAD (movimento dos atingidos pelo desastre). O MAD nasceu da força e união dos atingidos com Fórum de Movimentos Sociais, Fórum dos Trabalhadores, Movimento Juventude e Revolução. (MAD, 2009)

A comunidade “Pedro Krauss”, outra localidade que faz parte do mapeamento citado, leva o nome de sua via de acesso principal, Rua Pedro Krauss Sênior, referente ao antigo dono das terras. Era chamada “Rua das Cabras”, depois Chapecó (1942) e por fim, em 1961, recebeu a denominação atual (AVILA; SAMAGAIA, 2013). Em torno de 700 famílias vivem na comunidade em condições precárias em termos de infraestrutura urbana e condições sociais, situação agravada pelo desastre de 2008.

O processo de ocupação de outra comunidade, intitulada “Garuva” teve início há 20 anos “por duas famílias vindas do interior de Santa Catarina, em busca de emprego e de melhor qualidade de vida” (SEPLAN, 2014). Hoje possui em torno de 120 famílias, a maioria em situação precária de moradia e sujeitas aos desastres, por estar, como tantas outras comunidades, localizada no fundo de um vale.



A história da “Rua Araranguá” iniciou quando as famílias vindas da “Favela Farroupilha⁷”, foram transferidas para esta área, assim como para a rua Pedro Krauss. Vieira (2005, p. 60) afirma que, na época, “foram ocupadas as cotas mais elevadas na parte final da rua Araranguá”. O adensamento ocorreu de forma desordenada e muito rápida. Em 2001, toda a área da sub-bacia composta pelos bairros Ribeirão Fresco e bairro Garcia, possuía 4.665 moradores, sendo que hoje só a Rua Araranguá possui mais de 5 mil moradores.

2.2 Formas Associativas de Organização dos Moradores

Todas as comunidades pesquisadas possuem Associação de Moradores ativa. De acordo com Hillesheim e Burns (2000, p.101), a mobilização, a organização comunitária na cidade de Blumenau e o próprio surgimento do movimento das Associações de Moradores teve impulso na “ausência de tudo” e na “repressão presente na vida cotidiana dos cidadãos”. Neste sentido, estas formas associativas são a expressão das contradições urbanas capitalistas presentes na cidade de Blumenau. A precariedade da vida urbana levou os moradores que não “tiveram suas posições e interesses explicitados” pela história, e que “foram excluídos do acesso à cidade” a encontrarem “na mobilização e na organização comunitária, uma forma de se contrapor aos interesses hegemônicos” do capitalismo (HILLESHEIM; BURNS, 2000, p. 101).

As situações de pobreza decorrem, sobretudo, da desigualdade social numa sociedade capitalista, como o Brasil, que expressa esta desigualdade das formas mais dramáticas. Neste cenário, pode-se perceber a amplitude das expressões da questão social, pertinentes a este modelo de desenvolvimento. É o desenvolvimento do capitalismo, conforme Netto (2001, p. 45), que “produz, compulsoriamente, a questão social”. Deste modo, “não se suprime a primeira conservando-se o segundo”. Para o autor, a questão social tem a ver com a sociabilidade edificada sob o comando do capital.

Nesta direção, ao discutir a questão social e a globalização, Arcoverde (2000, p. 7) afirma que a questão social avança para as esferas da sociabilidade e suas

⁷ Foi a primeira situação de moradia designada como “favela” em Blumenau, localizada ao lado da ponte de ferro (Aldo Pereira de Andrade). Em 1949, uma Comissão instituída pela Câmara de Vereadores decidiu pela remoção da ocupação para “uma área escondida atrás dos morros”, como conta a historiadora Sueli Petry. O motivo na época da remoção foi a proximidade das comemorações, em 1950, do centenário da cidade (Avila *et al.* 2014).



manifestações assumem determinados contornos em cada momento histórico, ampliando-se, renovando-se e tornando-se “mais e mais complexas, com novas contradições que remetem, em última instância, a problemáticas particulares e desafiantes para o seu enfrentamento”. Assim,

[...] expressões da questão social se manifestam em todos os espaços e tempos sociais e institucionais, conformando uma humanidade de privações e sem direitos - à vida, teto, terra, emprego estável protegido, escolarização, proteção social, alma, identidade – deixando visível e em situação desconfortável os sujeitos estratégicos para o enfrentamento dessas questões - o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada. (ARCOVERDE, 2000, p. 8).

Uma das formas de enfrentar tais situações adversas vivenciadas no cotidiano de moradia das classes trabalhadoras empobrecidas, é por meio dos movimentos sociais e das mais diferentes formas de associativismo civil que incluem as organizações comunitárias. Moura e Santos (2007, p. 44) afirmam que uma sociedade civil forte e organizada é um instrumento poderoso na viabilização de direitos. Mesmo não sendo homogênea e virtuosa, “ela é importante para dar visibilidade às demandas sociais (...) na busca por um projeto societário pautado na justiça social, onde se possa exercer efetivamente a cidadania e a democracia”.

Observou-se, com relação ao estudo, que novas ocupações continuam ocorrendo em todas as áreas em questão. Para Santos (2012), os assentamentos irregulares e de risco multiplicam-se e, ao mesmo tempo em que fazem parte das cidades, não possuem formas legais de pertencimento, como frisa a autora, e os moradores são abandonados à própria sorte. Neste sentido, Maricato (2011, p. 2) aponta que “a ocupação irregular de beira de córregos, encostas instáveis desmatadas, mangues, dunas, áreas de proteção de mananciais testemunha o abandono de uma grande parcela da população ao seu próprio engenho e recursos precários”. A autora afirma que, por conta disso é que “tragédias causadas por enchentes e desmoronamentos se banalizam e tornam-se mais frequentes a cada ano” (MARICATO, 2011, p. 2).

No município a necessidade habitacional é histórica. Conforme dados do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS) – Leitura Técnica (2012b, p. 34), no ano de 2000 o déficit habitacional básico absoluto do município era de 5.288 moradias. Após o desastre de 2008, o déficit habitacional dobrou. Em 2012, com a finalização do PMHIS, e conforme informações contidas no mesmo, o déficit habitacional do município foi considerado em 10.874 moradias (2012b, p. 72).



3. TERRA DE NINGUÉM: O DESCASO DO ESTADO E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Na maioria das localidades pesquisadas percebeu-se a presença do Estado, embora tímida, na forma concreta da existência de alguns equipamentos e serviços como as Unidades de Estratégia da Saúde da Família, Escolas, Centros de Educação Infantil, calçamento ou asfalto em algumas ruas, e serviços de água e esgoto. A precariedade no atendimento destes serviços era visível.

Frente a situação, a população busca ela própria resolver seus problemas de moradia e de infraestrutura básica. Conforme depoimentos de um dos moradores, após o desastre de 2008: *“o pessoal saiu das casas que morava. Mas voltou tudo! [...] Teve gente que vendeu terreno, mas voltou e construiu. Eu mesmo saí e agora construí casa nova”* (SEBASTIÃO, 2014, Morro do Artur). *“Algumas pessoas destruíram as casas e construíram de novo. [...] e todo mundo desses que saíram deram um jeito porque não tinha direito para conseguir uma outra casa”* (MANOEL, 2013, Vila Iná). Diante de situações assim os técnicos dos serviços públicos aparecem com

[...] um tipo de argumento que responsabiliza o morador, na medida em que este executa as obras sem orientação adequada, ocupa áreas de proteção ambiental, utiliza materiais não apropriados e outras práticas recorrentes. O discurso aqui se inverte. Da condição de não-assistido, o morador passa à condição de culpado. Nesse caso, os fatores de risco estariam relacionados à falta de educação dos moradores, como se houvesse uma falha na formação moral das pessoas atendidas. Nesse caso, os técnicos assumem uma posição de que os moradores carecem de informação, de educação e, assim, propõem que eles sejam educados e esclarecidos. (VARGAS, 2006, p.62.)

Constatou-se nas observações realizadas e nos depoimentos coletados que a infraestrutura básica é precária nessas áreas. O abastecimento de água atinge grande parte dos moradores, mas muitos deles ainda dependem de nascentes do alto dos morros, sobre os quase não há controle pelo Estado. A eletricidade também é da rede pública, mas, em algumas comunidades ainda se percebe o uso de “gato” ou “rabicho”. Já a rede pública de coleta de esgoto é inexistente para a maioria. O que se verifica é o esgoto sendo despejado diretamente nos ribeirões ou correndo pelas ruas.

Quanto à saúde, só os ESF I e ESF II da Rua da Glória no bairro Garcia possuem equipes com número completo de agentes de saúde. Nos demais ESF as equipes estão incompletas, chegando a somente um ou dois agentes de saúde. Na Garuva, na ocasião da pesquisa, não havia nenhum agente de saúde atendendo a comunidade. E segundo a presidente da Associação de Moradores da Rua Araranguá



“quando tem médico somos atendidos. As pessoas passam necessidade de médico, agente de saúde são poucos” (MARIA, 2014, Araranguá).

No que tange à Assistência Social, somente duas comunidades acessam os serviços do CRAS. Nas outras comunidades os moradores precisam se deslocar até a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SEMUDES) localizada no em área central do município para serem atendidos por esta política pública.

Já no quesito Educação, os relatos são de que as comunidades possuem Escolas e Centros de Educação Infantil, mas que a demanda não atendida por creche é alta em todas elas. Quatro comunidades não possuem Escola em seu território sendo que as crianças se deslocam para outras localidades para estudar.

As áreas destinadas ao lazer são quase inexistentes nas comunidades, sendo que os mais prejudicados são os jovens, as crianças e os adolescentes. No Morro do Artur, a única área de lazer é *“o campinho de futebol onde o pessoal se encontra. Final de semana é cheio! Vai todo mundo lá. Não, não acho que seja adequado”* (SEBASTIÃO, 2014, Morro do Artur). A precariedade do local só não é maior porque os próprios moradores fazem *“mutirão”* para melhorar a infraestrutura do local.

Caracterizando-se como território de vulnerabilidades, as localidades pesquisadas foram profundamente impactadas com o desastre socioambiental de 2008. Na comunidade Pedro Krauss, num só local, 42 moradias foram totalmente destruídas por escorregamentos ou condenadas pela Defesa Civil (DC) (AVILA; SAMAGAIA, 2013). No Morro do Artur as moradias foram condenadas e os proprietários necessitaram abandoná-las e posteriormente destruí-las. Na Rua Araranguá, conforme depoimento, *“foi onde houve a primeira morte. Todo lugar em nossa comunidade foi caindo”* (MARIA, 2014). A Garuva *“foi atingida e ninguém morreu”, mas “teve prejuízos em algumas casas que foram destruídas por desbarrancamentos”* (HERIBERTO, 2013, Ribeirão Fresco).

As situações de pobreza e vulnerabilidades sociais e ambientais produzidas pelo modo de produção capitalista no Brasil, colocam este grande contingente das classes trabalhadoras em situação de risco. Realidades que precisam ser compreendidas, fortalecendo as formas de resistência local e propostas de políticas públicas eficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:



Percebe-se, por meio do estudo, que Blumenau, vivencia, como a maioria das cidades brasileiras, processos de desigualdade social, provenientes da forma como o capitalismo se desenvolve no país, expressando no cenário urbano, as formas perversas impostas para os trabalhadores empobrecidos ao ocuparem a cidade.

Em relação às áreas que foram objeto deste estudo, as maiores problemáticas verificadas nos locais estudados foram: situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas famílias em função dos riscos ambientais, da situação de pobreza, e da falta do atendimento das políticas públicas, as quais, em alguma medida, deveriam prover as condições dignas de vida e de cidadania destes moradores.

Os desastres que atingem constantemente a região e a cidade são agravantes desta situação, embora tenham que ser pensados em termos das especificidades que exigem para entendimento destes fenômenos, como a qualidade do ambiente e as formas concretas dos moradores resistirem, explicitando, portanto, sua dimensão socioambiental.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social na globalização. In: **Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social**. Salvador, FITS, CFESS, 2009.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Ranking** – Todo o Brasil (2010). Municipal. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> Acesso em: 30 Jun. 2017.

AVILA, M. R. R.. SAMAGAIA, J.. **Reconhecimento e caracterização das áreas de concentração de pobreza em Blumenau/SC**. Relatório Final de Pesquisa/FUMDES/Art. 171. Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Programa de Extensão Assessoria e Capacitação Comunitária. Blumenau, 2013. Não publicado.

AVILA, M. R. R.. OLIVEIRA, J. G. B.. de. SILVA, SOUZA, J. M. M. da. SOUZA, C. M. de M.. SANTOS, G. F. dos. Território oculto: o escondimento da pobreza em Blumenau. Território Oculto: o escondimento da pobreza em Blumenau. In: **2 Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento**, 2014, Florianópolis/SC. Anais do SNPD. Florianópolis/SC: UDESC, 2014. v. 2.

HILLESHEIM, J.. BURNS, C. R.. **As associações comunitárias em Blumenau**. FURB, Blumenau. 2000. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/1074-of7a-st1.htm> Acesso em: 30 Jun. 2017.

ISDR. International Strategy for Disaster Reduction. **Living with Risk: a global review of disaster reduction initiatives**. United Nations Inter-Agency Secretariat of the International Strategy for Disaster Reduction (UN/ISDR). United Nations, Geneva, Switzerland, 2004. 624 p. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/657_lwr1.pdf Acesso em 23 Jun. 2017.

KOGA, D.. ALVES, V. A.. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010.



MAD. Movimento dos Atingidos pelo Desastre. **Depoimento dos participantes do movimento 1 – por Varderi e Cleonice.** 13 Mar. 2009. Disponível em: <http://madblumenau.wordpress.com/> Acesso em: 10 Jun. 2017.

MARICATO, E.. Metrôpoles desgovernadas. **Estud. av.** vol.25, nº 71. São Paulo jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142011000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 30 Mai 2017.

MATTEDI, M. A. FRANK, B. SEVEGNANI, L. BOHN, N. O desastre se tornou rotina. In: FRANK, B.. SEVEGNANI, L.. (org). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política.** Blumenau, Agência de Água do Vale do Itajaí, p. 13-21. 2009.

MOURA, R. R.. SANTOS, R. dos. A intervenção do Serviço Social junto aos movimentos sócio-comunitários: a busca pelo empoderamento e construção de uma nova cultura política. **Revista Emancipação**, 7 (1). p. 21-45. 2007.

NETTO, J. P.. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis.** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS, Ano II, nº 3, 2001.

PMHIS. **Plano Municipal de Habitação e Interesse Social.** Blumenau, SC. Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Prefeitura Municipal de Blumenau. Blumenau. 2012a. 103 p.

_____. Etapa II – Diagnóstico do Setor Habitacional: Inserção Regional e Caracterização Municipal. In: **Plano Municipal de Habitação e Interesse Social – Leitura Técnica.** Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Prefeitura Municipal de Blumenau. Blumenau. 2012b. 302 p.

SAMAGAIA, J.. **Globalização e Cidade:** Reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC. Florianópolis. 2010. 263 p.

SANTOS, R. dos. **Gestão de desastres e Política de Assistência Social:** estudo de caso de Blumenau/SC. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis. 2012. 233 p.

SEPLAN. **Zeis.** Prefeitura Municipal de Blumenau. Blumenau. Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-desenvolvimento-social/pagina/regularizacao-fundiaria-habitacao-semudes//zeis-semudes> Acesso em 04 Jun. 2017.

TORRES, H. da G.. Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1997.

VARGAS, M. A. R.. A construção social da moradia de risco. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** V. 8 , N. 1 / MAIO. 2006. p. 59-78.

VIEIRA, R.. FURTADO, S. M. de A.. Percepções frente ao risco de deslizamento. In: **Geosul,** Florianópolis, v. 20, n. 40, jul./dez. 2005. p. 55-75.